



# ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS (ELP): UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DE APROPRIAÇÕES E IDENTIDADES

■ LUCIA CAPANEMA ALVARES<sup>1</sup>

**Resumo:** Este ensaio procura analisar sob a lógica das apropriações dos espaços livres públicos (ELP), como os cidadãos conformam a cidade e como esta última conforma as desigualdades de lugares, possibilidades e comportamentos. Toma-se por base um modelo com quatro dimensões não exaustivas e suas relações com três aspectos externos, sendo as dimensões: socioambiental, sociocultural, socioeconômica e político-administrativa; e os aspectos externos: o capital global e as grandes corporações; as interesclaridades; e o turismo. A adoção de uma perspectiva crítica requer ainda a contextualização das práticas políticas para e no espaço público urbano sob a ótica do capital e do trabalho em suas diversas frações. Procura enfim detalhar aspectos da sociabilidade e da esfera pública, bem como os simbólicos e identitários presentes nos ELP, comparando-os às políticas públicas incidentes. Traz como exemplo uma comparação entre o Centro do Rio de Janeiro e o bairro de São Cristóvão.

**Palavras-chave:** Espaços livres públicos; Políticas Públicas; Apropriações populares; Identidades Urbanas.

## Introdução

Aos estudiosos das cidades parece ainda faltar uma metodologia de compreensão da paisagem urbana como lócus da *vita activa*, como produtora e produto da sociedade da diferença, como vêm demandando autores da categoria de Milton Santos (1996) – com sua abordagem de conteúdo sócio-espacial - e vêm tentando responder alguns pesquisadores. Nessa perspectiva, este ensaio procura analisar sob a lógica das apropriações dos espaços livres públicos, como os cidadãos conformam a cidade e como esta última conforma as desigualdades de lugares, possibilidades e comportamentos.

Os espaços livres públicos (ELP) serão mais relevantes ambientalmente quando forem espaços vegetados ou residuais, economicamente quando se sobrepuserem à infraestrutura ou forem alvo do mercado imobiliário, culturalmente quando se associarem às identidades dos cidadãos, socialmente quando forem espaços onde se conforma a esfera de vida pública e administrativamente quando forem alvo de planos e projetos. Este estudo propõe uma releitura das representações, imaginários, apropriações e conflitos existentes nos ELP tomando-se por base um modelo com quatro dimensões não exaustivas e suas relações com os aspectos externos: dimensão socioambiental, dimensão sociocultural, dimensão socioeconômica e dimensão político-administrativa. Com especial foco nas dimensões sociocultural e político-administrativa, procura detalhar aspectos

da sociabilidade e da esfera pública, bem como os simbólicos e identitários presentes nos ELP, comparando-os às políticas públicas incidentes.

A adoção de uma perspectiva crítica requer ainda a contextualização das práticas políticas para e no espaço público urbano sob a ótica do capital e do trabalho em suas diversas formas e frações.

Traz como exemplo da aplicação do modelo uma comparação entre o Centro do Rio de Janeiro e o bairro de São Cristóvão. O primeiro, por sua riqueza identitária e como lócus principal da *vita activa* da cidade, como atesta o Mapa de Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro ([www.observaconflitosrio.ippur.ufrj.br](http://www.observaconflitosrio.ippur.ufrj.br)); o segundo, pelas proximidade de características físicas ao primeiro e a disponibilidade de dados físico-ambientais.

Para sua realização contou com o apoio da Universidade Federal de Minas Gerais, através da liberação para estágio de pós-doutoramento, do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), – onde foram baseados os estudos, e do Laboratório Qualidade do Lugar e Paisagem, do Programa de Pós Graduação em Arquitetura da UFRJ – que abriu seu banco de dados sobre São Cristóvão para a pesquisa.

O conhecimento acumulado pelos laboratórios da UFRJ indicava algumas necessidades para atingir os objetivos do estudo, entre elas a) o complemento dos dados físico-

ambientais do Centro através de pesquisa documental, de modo a construir um panorama nivelado com aquele apresentado sobre São Cristóvão, b) a observação sistemática e dos locais foco dos conflitos em ambos os bairros, c) a realização de entrevistas com os usuários destes locais para se ter uma noção geral de seu perfil e percepções, e d) estudos de percepção territorial e comportamento ambiental para construir a ponte entre os dados sociais e os físico-ambientais.

Foram realizadas 200 entrevistas com usuários, uma centena em cada bairro, estruturadas em formulário, nos locais focos dos conflitos urbanos para mapeamento das atividades exercidas nos locais, motivações, frequências e permanências, meios de transporte utilizados, opiniões e perfis. Definiu-se também por uma observação sistemática não participante, individual, em campo e fazendo uso de anotações e fotografias *in loco*. Ocasionalmente, e de modo a completar a observação sistemática, foram feitas entrevistas focalizadas não estruturadas. O foco das observações e entrevistas não estruturadas foi compreender a dinâmica das relações a partir das observações e proposições de Bourdieu n'O Poder Simbólico (2010) e enfocaram hierarquias, propriedades materiais e capital; prestígio, filiações a grupos sociais, princípios de divisão social e coletividades presente e futuras.

A percepção territorial (DEL RIO, 1999), advinda do campo do planejamento urbano e regional, é uma somatória de metodologias utilizadas para a apreensão do caráter do território sob a ótica do usuário e engloba: 1) a

morfologia territorial, que pode ser compreendida através de mapas históricos e atuais, bem como outras formas de registro, em especial a fotografia de visadas dos quarteirões e dos vazios; 2) a análise visual – um dos métodos fundamentais para a compreensão da dimensão afetiva, ou das concepções e imagens, explora os efeitos emocionais a partir da experiência visual e das qualidades estéticas do objeto percebido; 3) a percepção do meio ambiente – pensada a partir da teoria Gestáltica, entende que a forma só tem sentido a partir da identificação coletiva do seu significado. Para apreender imagens públicas, bem como a memória coletiva dos objetos, seria preciso compreender a percepção do usuário sobre o objeto. Utiliza-se também de conceitos como a legibilidade do espaço, de Kevin Lynch (1999), para desconstruir as sensações experimentadas pelos usuários do espaço e reconstruir uma percepção coletiva do território; 4) o comportamento ambiental, ou a investigação das inter-relações entre o ambiente e o comportamento humano, complementar à percepção territorial.

Foram preenchidos doze conjuntos de formulários contendo cada um a) levantamento de recursos locais, b) morfologia do território, c) percepção do meio ambiente, d) análise visual e e) comportamento ambiental (em três horários diferentes cada) para os locais focos de conflitos no Centro e em São Cristóvão.

O retrato que se constrói das duas regiões é similar, guardadas as

proporções entre um lugar central e um bairro peri-central: conflitos por uso e acessos aos espaços públicos e políticas neoliberais de 'faxina social' tolerantes à marginalidade que não se pode ver e altamente repressivas para com os trabalhadores e moradores que dependem dos ELP.

Mais recentemente, no primeiro semestre de 2014, foi realizada pesquisa de opinião na AP1 do Rio de Janeiro, área de planejamento que engloba o Cento e São Cristóvão, no âmbito da disciplina de Métodos de pesquisa da Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, lecionada pela autora. Ali o objetivo era uma melhor compreensão da relação dos usuários com os ELP; foram realizadas 104 entrevistas estruturadas, em horário comercial e em ELP escolhidos por sua representatividade do total de espaços livres da região. Alguns dos resultados se revelaram de interesse para este estudo.

### **Marco teórico\_\_\_\_\_**

O referencial teórico tem como um de seus princípios a geografia nova de Milton Santos. Parte-se, portanto, do entendimento do espaço como totalidade, como uma instância social, no mesmo nível da instância econômica e da instância cultural, ideológica e política; desta maneira a dialética social não se estabelece apenas no espaço, mas se realiza com o espaço.

"Compreende-se o espaço como um conjunto indissociável de sistemas

de objetos e sistemas de ações. Desta postura decorrem os elementos gerais de uma análise espacial dialética e sistêmica: os fixos e fluxos, a paisagem e a sociedade, as horizontalidades e verticalidades, a tecnoesfera e a psicoesfera, os embates entre o lugar e o mundo [SANTOS, 1996], entre as racionalidades hegemônicas e comunicacionais na constituição dos lugares." (QUEIROGA, 2001).

Sobre os lugares se estabelecem relações fenomenológicas, verdadeiras geografias da percepção. Percepção esta que perpassa o universo cultural do indivíduo, seus condicionantes psicológicos e históricos e a construção da imagem dos lugares que se impõem ao sujeito.

Considera-se também outras contribuições, sobretudo na escala do lugar e na busca dos sentidos simbólicos, pois não levam a perder de vista a perspectiva dialética e sistêmica da teoria do espaço construída por Milton Santos.

### **Espaços Livres Públicos, cotidiano, conflitos e esfera pública\_\_\_\_\_**

O conceito mesmo de espaços livres públicos está ainda em aberto e estrutura-se nas vertentes do estudo da paisagem e das ciências sociais, da prática físico-ambiental, da prática social e do desejo transdisciplinar. Nos estudos da paisagem, os espaços livres urbanos

são definidos por Magnoli (1982) como os espaços livres de edificação; todos eles, quintais, jardins públicos ou privados, ruas, avenidas, praças, parques, rios, matas, mangues e praias urbanas, ou simples vazios urbanos; tais espaços podem formar também um tecido pervasivo, sem o qual não se concebe a existência das cidades; estão por toda parte, mais ou menos processados e apropriados pela sociedade; constituem, quase sempre, o maior percentual do solo das cidades brasileiras, mesmo entre as mais populosas (MAGNOLI, 1982). Já a prática físico-ambiental aponta que os sistemas de espaços livres urbanos constituem um sistema complexo, dada a inter-relação com outros sistemas que podem se justapor a eles (circulação, drenagem urbana, atividades do ócio, imaginário e memória urbana, conforto, conservação e requalificação ambiental).

Nos estudos sociais, o espaço público toma a característica de lugar de encontro, de manifestação individual e coletiva, de embate, de conflito, de apropriações simbólicas. A prática social traz intrinsecamente o problema da esfera pública - esfera própria da *vita activa* que somente tem lugar no espaço público -. Aqui, chama-se de espaços públicos os lugares de uso comum do povo, como ruas, praças, parques, imóveis públicos e todos os lugares de apropriação pública, onde se realizam ações da esfera pública, de propriedade pública ou privada. Prescindem ainda de estrutura física, tangível, pois instituições públicas e espaços cibernéticos são hoje importantes espaços de manifestação cidadã.

É no encontro de tais estudos e práticas que o conceito em construção, aberto, surge: num primeiro momento os Espaços Livres Públicos (ELP) significam aqueles espaços de livre acesso do povo, e que recaem na maioria das vezes nos espaços livres de edificações, mas não estão restritos a eles. É onde se podem observar as relações entre elementos construídos e livres, os fluxos de pessoas e mercadorias, as interações sociais, conflituosas ou não.

A vida humana manifesta-se no cotidiano onde se revelam os conflitos e as contradições de cada sociedade em seus diferentes momentos históricos. A produção do cotidiano na Pós-modernidade reproduz um modo de vida urbano que evidencia a cultura de massas e a globalização (CARLOS, 1996), com a padronização de procedimentos e condutas que tendem a homogeneizar os comportamentos e demandas dos indivíduos. Esta dualidade entre a individualidade particular e a própria genericidade humana de cada indivíduo que, segundo Heller (2004), caracteriza o ser humano, é exacerbada nos tempos atuais, evidenciando-se sobremaneira na produção do espaço livre urbano, ao mostrar a convivência, nem sempre pacífica, entre as esferas pública e privada, entre o contemporâneo e o tradicional, entre o indivíduo, os grupos e o coletivo.

É na vida diária que se expõem as possibilidades de transgressão de modelos aparentemente consolidados, através das expressões pontuais que resgatam práticas tradicionais comuns de diferentes grupos sociais e, sobretudo,



criam-se novas formas de sociabilidade, conflituosas ou não, que geram lugares de encontros e apropriações imprevistas que renovam o espaço urbano.

Os lugares são espaço de resistência, onde se encontram e conflituam as diferentes racionalidades, sistêmicas (mais institucionalizadas, estruturadas e hierárquicas) e comunicacionais (mais populares, livres e horizontais) (HABERMAS, 1981). São assim espaços de ação estatal e cidadã, espaços de manutenção da produção/reprodução capitalista-industrial, territórios do novo, do conflito. Para Bourdieu “é na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado.” (BOURDIEU, 1997, p. 161). Daí decorre o interesse pelas diferentes dialéticas estabelecidas pelos diferentes segmentos da sociedade com os diferentes espaços urbanos, particularmente os espaços livres, privilegiados lugares da ação urbana, da conformação da esfera pública.

O conflito – marca inexorável e constitutiva dos ELP – constituir-se-ia em uma perspectiva durkheimiana ou organicista, como um espécie de “anti-corpo” ou mecanismo de defesa da coesão social, afronta à ordem e um incitamento aos caos, esse fenômeno agiria no sentido de evitar o caos e o desmantelamento do sistema social. Em Simmel (1903), o conflito, forma elementar de socialização entre indivíduos, é parte indissociável da dialética antagonismo-unidade que levará à significância sociológica do sujeito na cooperação com o outro. Para o autor, o

homem traz consigo a hostilidade e a simpatia a outrem como formas de transcendência. As lutas sociais seriam como conflitos contratados, ou legais, quando a personalidade e a luta são apartados e o processo pode resultar em decisões puramente objetivas, ainda que as pessoas estejam subjetivamente enredadas. O agravamento pessoal dentro do conflito diminui sem que se reduza a intensidade do conflito; ao contrário, o conflito torna-se mais consciente, concentrado e pró-ativo, pois o indivíduo vê-se lutando por uma causa vasta e supra-pessoal.

O conflito vem, a partir das frações em manifestação, constituir uma proposta de reestruturação do cada dia mais cristalizado *habitus* bourdieusiano no campo urbano. Enquanto oferece como possibilidade a construção dialética antagonismo-unidade a que se refere Simmel, a coesão social durkheimiana ou o desaparecimento do medo pela exposição à diferença em Bauman (2007), propõe um papel antitético dialógico e construtivo à estrutura dominante, mais comumente representada pelo Estado. Neste momento, o conflito torna-se uma “atividade estruturante” possível para frações que “respondem aos apelos ou às ameaças de um mundo cujo sentido ajudaram a construir” (BOURDIEU, 1979, pp. 544-545).

A esfera de vida pública é, nas palavras de Hannah Arendt (1991), a esfera própria da *vita activa*, da ação política, entendida em sentido amplo, envolvendo a produção cultural, a construção da cidadania e parte

fundamental das próprias histórias civilizacionais. Na esfera pública as diferenças e divergências têm, ou teriam, a possibilidade de se apresentar como discursos, pavimentando um caminho para seu reconhecimento e inclusão no jogo político; o interesse público e o bem público, constituídos socialmente pelas relações desiguais de poder, teriam então que enfrentar os conflitos de interesses coletivos. Vale observar que o bem público não se confunde com a noção de bem comum, o primeiro é fruto da construção dialética da política, o segundo, se produz enquanto ideologia da classe dominante. A esfera pública se constitui no domínio da liberdade, da instância cultural; a esfera privada se relaciona, primordialmente, ao domínio das necessidades, portanto, da instância econômica.

### **Capital, trabalho, estado e suas frações nas diversas escalas**

A luta que se trava no espaço urbano é, em última instância, entre o capital em suas diversas formas e o trabalho. Grandes empreiteiras, sistema financeiro, conglomerados multinacionais, especuladores imobiliários e todo um conjunto de atores capitalistas têm e exercem interesses diretos e indiretos na cidade e, por conseguinte, nos ELP. Do outro lado está o trabalho, que tem no espaço não só seu meio de produção, mas também seu meio de reprodução, dependendo dele para exercer grande parte de suas atividades e delas sobreviver (lembrando que

elementos da estrutura e infraestrutura urbanas estão espacialmente sobrepostos aos ELP). O terceiro grande componente da equação é o Estado, que embora teoricamente possa se aproximar de qualquer um dos lados, tem se colocado sistematicamente junto ao capital.

Torres Ribeiro cita Milton Santos para lembrar-nos de que há uma sistematicidade alternativa sendo gestada nas ruas, nos espaços opacos, nas novas formas de comunicação, que enfrenta os projetos dominantes para nossas grandes cidades. Trata-se de uma sistematicidade baseada em racionalidades alternativas que podem ser identificadas, por exemplo, nas novas formas de apropriação espacial tomadas por movimentos sociais e diferentes frações do trabalho. A autora defende um maior envolvimento com a complexidade da vida social para a compreensão do cotidiano e do lugar, seja por sua interescalaridade, seja por seu hibridismo. Para ela não se pode compreender a tessitura social através de modelos desenraizados das práticas sociais, profundamente ligadas às frações do trabalho e do capital.

Brandão (FERNANDEZ E BRANDÃO, 2010), propõe uma análise crítica (do desenvolvimento regional) a partir das frações das classes sociais em suas diferentes escalas; mais ainda, afirma que é preciso compreender a pluralidade de vias e trajetórias históricas do desenvolvimento tendo como base a máquina capitalista em suas expressões histórico-concretas no espaço-tempo, tratando dinamicamente as escalas espaciais nos processos estruturais. Para

tanto, vê a necessidade de compreender os fatores endógenos e exógenos determinantes dos processos sócio-econômico-político-histórico-teóricos, institucionais e territoriais, sendo categoria explicativa básica a divisão social do trabalho.

Fernández e Brandão (2010) defendem que as escalas, por sua capacidade heurística, são elementos essenciais para a análise multidimensional que dá conta da complexidade dos processos de transformação sócio espacial; conformadas e conformadoras dos processos de lutas e rotinas sociais, as escalas seriam instâncias não reificáveis, posto que resultam de construções sociais instáveis e complementares aos conceitos de rede, território e lugar na configuração da complexa dinâmica espacial. Neil Smith defende que “a dimensão escalar da vida cotidiana está impressa e expressa em todas as configurações escalares, desde o nosso corpo, até o internacional, passando pelo comunitário, urbano, regional” (VAINER, 2002, p.24); para Vainer (2002, p. 28), “como uma cidade não existe solta no ar, as formas de dominação e acumulação que a caracterizam não podem ser percebidas sem um olhar para suas articulações regionais, nacionais e, cada vez mais, internacionais”. Para Swyngedouw (2010), a perspectiva interescolar é mais sensível à espacialidade dos processos ditos de globalização, à centralidade do domínio político e às relações e geometrias cambiantes do poder. O autor aponta, na mesma linha da teoria crítica marxiana retomada por Harvey, que, como é sempre a expansão do capital o fator dominante, este ora alia-se

ao Estado-nação, ora subordina-o e alia-se à localidade ou às redes de localidades, num processo dinâmico que dá lugar a um conjunto de novas escalas espaciais, configurando o que ele chama de glocalização.

### **Vida urbana: aspectos simbólicos, identitários e posições no habitus**

---

Bauman (2007) descreve os ELP a partir das possibilidades sociais de encontro com o outro. A “diferença” aqui é característica essencial da cidade, os ELP são o lugar do encontro com o diferente, da construção da identidade individual, tal e qual quer Simmel com sua significância sociológica do sujeito. Enquanto a ambição modernista propunha o aniquilamento e o nivelamento das diferenças, sem jamais realizar tal façanha, a tendência pós-moderna aprofunda e as ‘calcifica’, através da separação e estranhamento mútuos. No entanto, se por um lado os espaços públicos conduzem a sensações de repulsa, por outro, a atração que exercem sobre os indivíduos tem chance de superar ou neutralizar tal repulsão:

“Os espaços públicos são locais em que os estranhos se encontram e portanto constituem condensações e encapsulações dos traços definidores da vida urbana. É nos espaços públicos que a vida urbana, com tudo que a separa de outras formas de convívio humano, alcança sua



expressão mais plena, em conjunto com suas alegrias e tristezas, premonições e esperanças mais características... [S]em suprimir as diferenças, de fato ele (o espaço público) as celebra. O medo e a insegurança são aliviados pela preservação da diferença juntamente com a capacidade de se movimentar livremente pela cidade. [...] É a exposição à diferença que com o tempo se torna o principal fator da coabitação feliz." (Bauman, 2007, p. 102-103).

Serpa (2013) vê dois processos diversos de compreensão e apropriação dos ELP: de um lado estaria a percepção cotidiana, por meio da qual os indivíduos têm uma leitura básica da cidade em que se movem e de outro estaria uma leitura mais vivenciada, elaborada, que permite ao sujeito a cognição dos espaços, apropriando-se deles segundo suas possibilidades no encontro com o diferente, num processo identitário.

A percepção dos ELP segundo processos subjetivos e individuais é diversa e individual, advém da experiência relacional entre a cidade e o sujeito (LYNCH, 1999). A identidade e a apropriação dos espaços têm início com a percepção dos elementos físicos, ambientais, sociais e culturais, desenvolvendo-se daí a vivência dos elementos humanos, psicológicos, afetivos e sensoriais, que podem despertar o reconhecimento e o vínculo individual. A identificação com os ELP parece ser influenciada também pela

filiação a frações das classes sociais, quando se compartilham condutas sociais, costumes, valores e posição social. Na construção de seu conceito de campo, Bourdieu propõe também o conceito de *habitus* como um "sistema de diferenças constitutivas da ordem social" (BOURDIEU, 1987) em que a posse de capital financeiro e de capital cultural vão ditar hierarquias estruturantes das ações e dos simbolismos; aqui, as possibilidades objetivas conformam as expectativas subjetivas dos sujeitos, estas últimas condicionadas por suas percepções e posições sociais. Para o autor (2010), a identidade viria a partir de uma representação complexa e múltipla da realidade para cada indivíduo, dada sua posição no *habitus* urbano, conformado por critérios de poder simbólico: 1) hierarquias, autoridades e posições relativas dos sujeitos; 2) propriedades materiais e capital; 3) prestígio, reputação e fama; 4) filiação étnica, religiosa, localidade de moradia; 6) princípios de divisão social; 7) coletividades presente e futuras. Bourdieu parece também entender o *habitus* como resultante das trajetórias de classe pois faz uma clara diferenciação entre o *habitus* das classes médias - baseados na liberdade de consumo - e das classes populares - baseados na necessidade de consumo -. O autor vê também a possibilidade de produção social da individualidade sob a lógica das estruturas sociais.

A partir de uma análise Gramsciana, Serpa especula que as frações das classes subordinadas "produzem culturas subdominantes ou alternativas diante das estratégias hegemônicas de produção

cultural das classes dominantes” (SERPA, 2013, p. 148), o que se configuraria como um desejo de subversão do *habitus* de Bourdieu: frações das classes subordinadas estariam, por meio de apropriações diferenciadas do espaço, desafiando em última instância o poder.

Por fim, para Serpa, os espaços de representação das diferentes frações de classe (espaços “das estruturas cognitivas complexas”, resultantes da percepção cotidiana e de uma elaborada cognição ambiental) “contém e expressam também as lutas e conflitos [dessas frações] pelo domínio das estratégias de concepção desses espaços” (SERRA, 2013, p. 176).

### **Por um modelo multidisciplinar de análise**

Na tentativa de uma compreensão da forma-conteúdo ou da realidade social no espaço humano – ainda que provisória e sempre renovada –, como quer Santos, este estudo lança mão, como um primeiro instrumento, da sistematização das relações locais conforme proposta por estudiosos do Turismo (BENI, 2002; BOULLON, 2005). A partir da sistematização proposta para o turismo propõe uma releitura das relações manifestas nos espaços livres públicos tomando-se por base o conjunto das relações locais, ancorado em quatro dimensões não exaustivas e suas relações com a dimensão política e com as influências externas (em seus aspectos de maior relevância atual). Segundo o sistema do turismo, os lugares são necessariamente estruturados por

relações locais nos âmbitos social, econômico, ambiental e cultural; relações estas permeáveis e superposicionáveis até certo ponto, gerando um conjunto indissociável. O conjunto das relações locais estaria em constante troca com o meio externo e sob influência de uma superestrutura dada pela dimensão político-administrativa.

Partindo já de uma compreensão da forma-conteúdo, admitimos que todas as dimensões locais estão formuladas dentro da esfera social; daí se conjuntem nas dimensões socioeconômica, socioambiental e sociocultural, acrescidas da dimensão político-administrativa (atendendo à questão estrutural). À este quadro, há que adicionar as influências externas em seu encontro com as questões internas: a interescalaridade dos processos desponta como aspecto fundamental, conforme demandam as teorias aqui contextualizadas, enquanto os processos inerentes ao capitalismo tardio hoje em voga (grandes corporações, globalização e indústria do turismo) parecem querer completar a equação. Desta forma, buscamos compreender representações, imaginários, apropriações e conflitos nos ELP considerando o Quadro 1.

Assim, sob a dimensão socioambiental, será preciso considerar minimamente as áreas verdes, os eixos de infraestrutura que se sobrepõem a estas imprimindo maior ou menor qualidade à vida urbana e os espaços residuais vegetados ou não (que muitas vezes se situam nos *fringe belts*), dado

Quadro 1

<b>Dimensão socioambiental</b>
Áreas verdes, eixos infraestruturais e espaços residuais ( <u>fringe belts</u> )
Preservação, conservação, restauração e intervenção
Justiça socioambiental
Pressões sociais sobre o ambiente natural
<b>Dimensão socioeconômica</b>
Uso do solo e especulação imobiliária
Eixos de transportes, eixos de expansão
Direitos humanos (moradia, acessibilidade, ir e vir, mobilidade)
<b>Dimensão sociocultural</b>
Sociabilidade e esfera pública – Apropriações e usos
Lazer e amenidades
Aspectos simbólicos e identitários (paisagens, praças, parques, grandes eixos e espaços centrais urbanos)
<b>Dimensão político-administrativa</b>
Empresariamento das cidades
Políticas higienistas
Marketing político
<b>Aspectos externos na atualidade</b>
<u>Interescalaridades</u>
Capital global e grandes corporações
Turismo

Fonte: elaborado pela autora.

seu potencial. Para estas áreas deve-se pensar as ações básicas de preservação, conservação, restauração e intervenção, bem como se elas se prestam à promoção

da justiça socioambiental, visto que a questão não se restringe às áreas rurais e deve ser promovida em todo o tempo e lugar, de modo a também diminuir as

pressões sociais sobre o ambiente natural.

Sob a dimensão socioeconômica estão primeiramente os aspectos do uso do solo e da especulação imobiliária estruturantes da circulação de capital e dos investimentos no meio urbano e largamente estruturados pelos eixos de transportes, verdadeiros eixos de expansão. Da reprodução do capital pela via especulativa e dos grandes projetos de transportes advém a maioria das violações dos direitos humanos intrínsecas ao meio urbano (moradia, acessibilidade, ir e vir, mobilidade).

A dimensão sociocultural diz respeito fundamentalmente às sociabilidades passadas e presentes e à esfera pública, dadas pelas apropriações e usos dos ELP. Esta dimensão, que estrutura socialmente a cidade, pode ser compreendida tanto pelo seu papel no capitalismo industrial – de prover lazer e amenidades aos trabalhadores – como pelo seu caráter simbólico e identitário (presente nas paisagens, praças, parques, grandes eixos e espaços centrais urbanos quando apropriados), que, complementando o aspecto prático, proporciona a cola, a unidade que estabelece as memórias coletivas.

A dimensão político-administrativa é tão somente a que diz respeito às estruturas de governo e suas políticas públicas relativas às três dimensões supra mencionadas; em relação aos ELP, atualmente deve ser considerado principalmente o empresariamento das cidades – modo neoliberal de governar que gerencia a cidade como se fosse uma empresa privada em busca de lucro e

projeção -, lançando mão de políticas higienistas para a faxina dos espaços mais visíveis e visados, e do marketing político, que se utiliza dos ELP para promover as políticas excludentes e a imagem dos administradores.

Entre os aspectos externos de maior relevância no quadro atual, estão a interestadualidade dos fenômenos, da circulação de capital e das políticas administrativas, largamente submetidos ao capital global e às grandes corporações; o turismo (de eventos, de negócios etc.), compreendido como a face material da volatilidade monetária, é elemento indispensável para a rotatividade de recursos e investimentos na ciranda global.

### **Estudos de caso do Centro do Rio de Janeiro e do Bairro de São Cristóvão (SC): saberes estabelecidos\_\_\_\_\_**

O Laboratório Qualidade do Lugar e da Paisagem produziu e coletou, desde 2000, uma enormidade de dados acerca da Região Administrativa (R.A.) de São Cristóvão, que assim podem ser elencados: Mapa geral e vista aérea do bairro; histórico e análise das condições urbano-paisagísticas; proporção de espaços livres; proporção de espaços verticalizados; espaços livres (%) x verticalização (%); áreas livres por habitante por bairros; evolução da população por bairros; taxa de arborização por rua do bairro; caracterização dos espaços livres mais relevantes; croquis de fluxos, fixos e atividades dos espaços livres mais



relevantes e seu entorno imediato; análise do uso e apropriação de praças, parques e largos.

Uma área de aproximadamente 750 ha, incluindo os bairros de Benfica, Mangueira, São Cristóvão e Vasco da Gama, que abrigava em 2000 cerca de 70.000 habitantes, tem como elementos físicos predominantes as áreas planas, os morros, ainda visíveis em meio à massa construída, e os ramais ferroviários.

O Observatório Permanente de Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro fichou desde 1993 mais de 2700 conflitos, montando um retrato bastante aproximado dos conflitos urbanos, suas causas e motivações, agentes envolvidos, tipologia, distribuição espacial, demandas sociais e problemas urbanos que se encontram à sua origem, segundo os jornais locais de grande circulação e o Ministério Público Estadual. A coleta empreendida pelo 'Observatório' não expressa a totalidade dos conflitos que ocorrem na cidade, mas representa um mapeamento possível, a partir das fontes selecionadas. O Observatório também fornece dados básicos acerca dos bairros em que há conflitos que nos permitem perceber a similaridade socioeconômica entre os dois bairros foco deste estudo. Apresentam, grosso modo, o mesmo padrão de tamanho, de serviços básicos domiciliares, de população e alfabetização.

Até 2012, apesar da enorme diferença no volume de conflitos - do total de 1999 conflitos fichados no período estudado nos espaços físicos da cidade, 166 foram originados no centro da cidade, a maior incidência com 8,3%

do total, e dezoito foram originados no Bairro de São Cristóvão (SC), vigésimo sétimo em ordem de incidência com 0,9% do total; as similaridades não parecem terminar aí quando se analisa o total de conflitos manifestos em quartis no tempo (18 anos de estudo): a conflitualidade é distribuída similarmente para ambas regiões estudadas, com o período mais conflituoso entre janeiro de 2002 e junho de 2006 (35% no Centro e 44% em SC) e o menos conflituoso entre janeiro de 1997 e dezembro de 2001 (9% e 11%, respectivamente). As questões mais conflituosas são as que se referem a acesso e uso do espaço público em ambas as regiões, destacando-se que em São Cristóvão esta questão empata em conflitos de segurança pública (22%), enquanto no Centro é protagonista (40%), com o segundo lugar, também para a segurança pública, registrando apenas 19%. As semelhanças param aí, pois a maioria dos problemas geradores de conflitos nem sequer aparecem nos dados de São Cristóvão, enquanto somente as questões relativas a parques, jardins e florestas não foram objeto de conflitos manifestos no Centro.

No Centro, os conflitos organizados por camelôs, feirantes e artesãos somam 39%, enquanto em São Cristóvão (S.C.) os moradores ou vizinhos correspondem a 22%, que somando-se a associações de moradores (33%), vão conformar a maioria dos conflitos. Dos quase 84% manifestos nos ELP do Centro 32% foram em praça pública e 22% em confronto direto com forças policiais; já em S.C., 39% se deram em praça pública, com outros 39% por meio de denúncia



via Ministério Público ou abaixo-assinados, cartas e solicitações. Dos conflitos registrados no centro, 55% referem-se ao governo municipal (incluindo-se aí a Guarda Municipal) e apenas 10% aos governos estadual e federal, cada, enquanto em SC, 50% foram dirigidos diretamente à Prefeitura, com 17% ao governo federal e à Polícia Militar, cada.

Dos 166 conflitos originados no Centro, apenas oito (menos de 5%) foram manifestos em outras regiões, sendo uma cada em Copacabana, Laranjeiras, Leblon, Maracanã e Cidade Nova e três que percorreram várias regiões. Dos conflitos originados em São Cristóvão, oito ou 44% foram manifestos em outras regiões, incluindo o Centro, que recebeu sete (39%). Estes dados confirmam o Centro como alvo identificado de manifestações, como já demonstramos em outros estudos. Ali é maior a visibilidade e ali se concentram muitos dos escritórios institucionais contra os quais se vai manifestar, aumentando sua carga simbólica.

Quanto a um perfil geral dos conflitos originados no Centro, considerando-se a moda matemática, pode-se dizer que são organizados por camelôs, feirantes e artesãos que se manifestam contra o governo municipal, em praça pública e reivindicando maior acesso e uso do espaço público, enquanto os conflitos originados em SC (muitas vezes manifestos no Centro) são manifestos em praça pública por moradores e associações de moradores contra o governo municipal reivindicando melhores condições de segurança (o que

revela algum nível de despolitização, já que a segurança pública é de responsabilidade do governo estadual). Ali há também um grupo significativo de camelôs, feirantes e artesãos que, como no centro, se manifestam contra o governo municipal, em praça pública e reivindicando maior acesso e uso do espaço público.

Dos 64 conflitos protagonizados por camelôs, feirantes e artesãos no Centro, apenas quatro tiveram como objeto a segurança pública e em casos relacionados ao seu trabalho nas ruas; os demais casos, num total de 60, envolvem o acesso e o uso do espaço público (e o direito ao trabalho): são manifestações contra a retirada dos vendedores de algum ponto, protestos contra as ações da fiscalização e da polícia, contra a venda de terrenos ou destruição de equipamentos onde trabalham. Dos 158 conflitos originados e manifestos no Centro, há uma maior concentração na Av. Presidente Vargas entre a Central do Brasil e a Rua Uruguaiana com 24 casos, entre o Camelódromo e o Largo da Carioca (exclusive) com 21 casos, entre o Largo da Carioca (inclusive) e a Assembleia Legislativa com 19 casos, e entre a Praça da Candelária e a Rua Uruguaiana com sete casos.

Em São Cristóvão os conflitos já não aparecem de forma temática tão claramente, mas apontam para questões específicas locais: O Campo de São Cristóvão é o mais comum palco e alvo de manifestações, com ambulantes e feirantes reivindicando também o direito ao trabalho ali, seja contra a

transferência da feira, seja para utilizar os espaços externos a ela. Já na Barreira do Vasco as questões são relacionadas à ação da polícia, ora protestando contra a morte de moradores, ora contra o fechamento do Posto de Policiamento Comunitário. Dos dez conflitos originados e manifestos em SC, as maiores concentrações foram junto ao Campo de São Cristóvão com quatro casos e junto à entrada da favela Barreira do Vasco com três casos.

### **Expandindo o conhecimento prévio: novas compreensões\_\_\_\_\_**

Segundo os critérios sócio-demográficos e do comportamento dos usuários (conforme método proposto por Claude Kaspar apud DENCKER, 2003) do Centro, o perfil predominante alia uma maioria adulta em idade ativa (25 a 64 anos) à escolaridade entre 8 e 11 anos de estudo (ciclo básico completo a médio completo), com moradia na própria região central ou nas regiões norte e oeste. Este grupo se utiliza dos transportes públicos como forma de acesso e trafega pelo centro à pé algumas vezes por semana para usufruir dos seus serviços ou a trabalho, permanecendo ali geralmente por mais de 8 horas; classifica a região (97%) e a rua específica (73%) onde foi entrevistado como ótima ou boa, e considera a insegurança o seu pior aspecto, enquanto os serviços e o comércio são considerados os melhores aspectos.

Os mesmos critérios em São

Cristóvão apontam para um perfil predominante similar àquele do centro, que alia uma maioria adulta em idade ativa (25 a 64 anos) à escolaridade entre 8 e 11 anos de estudo (ciclo básico completo a médio completo), com moradia em S.C. ou no centro. Eles vêm à pé ou de transporte público e sua principal motivação para estar ali, o que ocorre algumas vezes ao dia, são os serviços (alimentação, educação, serviços públicos e outros), que os detém na região por intervalos de 1 a 4 horas, 4 a 8 horas, ou até mais de oito horas. O grupo classifica a região (62%) e a rua específica (73%) onde foi entrevistado como boa, e considera as áreas verdes e praças o seu melhor aspecto, enquanto a insegurança é considerada o pior aspecto.

Os estudos de percepção territorial relatados aqui enfocam os locais de maior conflitualidade e importância em São Cristóvão – Campo e Barreira do Vasco – e aqueles, dentre os pesquisados por sua conflitualidade no Centro, com os quais se pode traçar alguns paralelos:

Campo de São Cristóvão - Os jardins tiveram a sua última obra de reforma em 1996 resultando em uma grande alteração no seu uso, devido ao fluxo de pessoas com a inauguração do Centro de Tradições Nordestinas. A maior parte da atividade econômica está compreendida no comércio interno do Pavilhão – que ganha notoriedade devido à sua escala e à atividade única de grande identidade, responsável pelo espírito nordestino instalado de terças-feiras a domingos, e acaba por ser referência de consumo também para as três escolas

tradicionais (Colégio Pedro II, Escola Municipal Gonçalves Dias e Educandário Araújo). Hoje, a área ajardinada vizinha ao Pavilhão de São Cristóvão – um dos símbolos do bairro – está cercada por viadutos de acesso à Linha Vermelha, quadras ortogonais irregulares, edificações com afastamentos diferenciados e arquitetura do século XIX conservada em certos edifícios de uso comercial e residencial. Bares, restaurantes, edifícios residenciais, prédios públicos, o Teatro Mário Lago, a igreja e até uma filial de apostas do Jockey Club Brasileiro compõem os quarteirões que envolvem a grande área ajardinada configurando o entretenimento na região, servida de boa pavimentação do sistema viário e transportes coletivos satisfatórios com linhas que ligam o bairro a diversas localidades do centro e da zona norte da cidade.

A julgar pelo grande fluxo de veículos em determinados horários, a qualidade do ar e ambiental é moderada no trecho que sofre com a poluição sonora; já no interior do campo, apesar da boa iluminação, depara-se com a falta de segurança pública, apesar da presença contínua da Guarda Municipal - destaque na opinião de moradores e funcionários locais que o evitam à noite devido a assaltos e uso de *crack* - e a ação das chuvas, com alagamentos em alguns pontos. A limpeza de toda a parte interna, vias e calçadas é feita diariamente pela Comlurb, mas o uso local – território de desabrigados - e a diversidade de árvores de médio e grande porte a tornam insuficiente.

Com relação ao espaço existencial e

níveis de percepção, os equipamentos mais acessíveis da área observada são as diversas árvores, bancos, coretos, grades, lixeiras, brinquedos infantis, quadras e um *skate park*. A representação dos espaços urbanos dá-se nos prédios, vias e serviços de transporte, enquanto a Rua do Campo “fecha” o espaço da paisagem, configurando-se também como o caminho mais claro da área. O Pavilhão toma as características de marco, setor e nó, com os viadutos operando como limites. O conjunto oferece bom grau identitário e de imageabilidade.

Foram observadas as pessoas que faziam uso da parte interna da área, desde desabrigados, moradores a funcionários locais desenvolvendo atividades como se deslocar, conversar, esperar, ler, comer, jogar dama, e até realizar atividades esportivas e uso de drogas leves. A maior parcela é de jovens moradores da região e estudantes que já têm uma relação com seu contexto físico, mas o descanso de trabalhadores é um comportamento padrão na área ajardinada, em contraste com o território dos desabrigados e jovens. A utilização da área como atalho para pedestres é uma das sequências comportamentais que pode ser percebida, exceto à noite quando o lazer (inclusive as rodas de repentistas de rap) é uma das atividades específicas.

Sob dois viadutos, a área entre o Corpo de Bombeiros e a entrada provisória do Pavilhão é utilizada como atalho por pedestres que evitam a extensão de toda a rua ao redor do campo. Território de veículos a frete e

taxistas, o espaço é dividido com trabalhadores que aproveitam a sombra e a calmaria. Sob o viaduto Agenor de Oliveira a segurança pública é deficiente, fazendo com que os moradores evitem o trecho, liberando-o para a ocupação desordenada de veículos em todos os espaços e criando um cenário composto por carros, lixo, usuários de drogas e flanelinhas, a área é cercada também pelas grades do pavilhão e a exposição de cartazes na entrada principal, definindo a baixa qualidade ambiental.

Nos ambientes externos aos jardins, as sequências comportamentais apresentam alguns comportamentos padrão, como a não utilização das escadas que separam as vias, a aglomeração de estudantes e funcionários locais na estreita calçada do Colégio Pedro II até o Largo Pedro Lobianco, e a agitação à entrada principal do Pavilhão, palco de ação local.

Praça Carmela Dutra – Localizada na confluência das ruas Ricardo Machado e General Américo de Moura – onde tem presença predominante o estádio do Vasco da Gama, a pequena praça semi-circular é ladeada pelos acessos à favela Barreira do Vasco, onde se localizam o 4º Batalhão da PMRJ, a Escola João de Camargo, o Espaço de Desenvolvimento Infantil, a sede da associação do bairro e um comércio local, composto por vários bares, padaria e farmácia; só se pode ver as vielas que dão acesso à favela e pequenos trechos de ruas comerciais. À sua frente há dois vazios, um aberto e asfaltado que serve de estacionamento ao estádio e um grande lote vago tapado por um muro em ruínas e quiosques do

comércio informal. As quadras, sob este ângulo, são regulares, ortogonais e servem de suporte a lotes e edificações regulares de dois pavimentos.

Sua área é 100% pavimentada, o que lhe confere uma sensação de secura e dureza, e possui pontos de ônibus, táxis, vans e motocicletas de aluguel, adicionando um caráter movimentado e desorganizado. Por outro lado, a boa qualidade dos serviços de iluminação pública, drenagem, coleta de lixo e comércio trazem à memória as praças de bairro. Se um primeiro nível de percepção nos aproxima do mobiliário urbano abundante e sobreposto, um segundo nível nos oferece maior conforto nas sombras das árvores, nos brinquedos infantis, bancos e mesas, e nos pequenos quiosques de serviços; o que define o espaço urbano são os edifícios à sua volta, com o Maciço da Tijuca ‘fechando’ a paisagem ao fundo das grandes áreas abertas. O grande marco local é a sede do Vasco da Gama, com imponente edifício, para o qual contribui o caminho principal (Av. General Américo de Moura), que tem seu fim na Praça-nó Carmela Dutra. Para ‘trás’ da praça está o limite representado pelos imóveis comerciais entrecortados pelas vielas do morro.

A presença de crianças e avós da comunidade é mais marcante no interior da praça, onde há também uma ocupação adolescente na quadra de esportes; nas calçadas circulam policiais e moradores em busca de transporte público enquanto grupos de aposentados jogam dama, dominó, cartas. No entorno imediato, mulheres fazem compras e



grupos de amigos se sentam à mesa dos bares – que nos finais de semana ficam repletos. Mais além, e na direção oposta à PM, o território da milícia, que subcontrata motoboys, supervisiona os feirantes locais, fecha acordos para obtenção de serviços como TV a cabo. Trata-se claramente de uma praça de bairro periférico do Rio de Janeiro. Nos dias de futebol no estádio a cena se transforma e a lógica do consumo que este esporte engendra se sobrepõe aos costumes cotidianos.

Central do Brasil – Principal terminal metro-ferroviário do Rio, localizado em uma das principais avenidas da cidade, caracteriza-se como o ponto nevrálgico de toda a região, cuja reurbanização nos anos 1940 criou quadras ortogonais e triangulares regulares, vias largas e pequenas praças, que se anulam diante da rotina feérica. Possui intensa movimentação durante todo seu horário de funcionamento, com todos os tipos de gente, advinda em sua maioria das zonas norte e oeste da cidade e da região metropolitana; as áreas internas ao edifício são tomadas por trabalhadores ansiosos em frente aos telões de marcação das linhas nas plataformas (numa sequência comportamental clara), gerando grande tumulto nos horários de pico e correria desordenada pelos trens e plataformas, principalmente quando ocorrem alterações nas telas. O pátio de saída lateral do terminal para a Rua Bento Ribeiro conforma-se num território dos trabalhadores de rua – entre biscateiros, vendedores ambulantes de pequenos objetos e prostitutas, que aproveitam o

grande espaço para descansar, dormir e pedir dinheiro em meio à multidão de passantes.

As ruas adjacentes, geralmente ladeadas por filas ininterruptas de camelôs, exercem também o papel de terminal rodoviário, com os pontos de parada dos coletivos lotados durante o horário comercial. A entrada da Fundação Leão XVIII Hotel Escola Popular, que serve refeições a preços populares, fica na mesma calçada estreita da Delegacia do Idoso à Rua Senador Pompeu, que abriga também pontos finais de ônibus e o mais efêmero camelódromo da região, conhecido como ‘varal’; juntos, causam movimentação intensa, inclusive de policiais que tentam reprimir o comércio. O quarteirão da Rua Bento Ribeiro vizinho à Central é um palco de ação que vem sendo inteiramente ocupado por camelôs vitimados pelo incêndio no camelódromo local em abril de 2010. O atrito entre os ambulantes e o choque de ordem é constante nestes locais.

Além do próprio prédio da Central, o Palácio Duque de Caxias é a principal referência construída do lugar. A vista para a grande área verde do Campo de Santana é ofuscada pela movimentação da Avenida Presidente Vargas e da Praça Procópio Ferreira, ocupada de maneira mais esparsa por camelôs de mercadorias mais refinadas e jovens com trajetória de rua, e onde também há vários pontos de ônibus.

Com relação ao espaço existencial, é definido pelo mobiliário urbano e de acessibilidade das plataformas, pelos prédios e paredes de



camelôs e pelo vazio da Av. Presidente Vargas, que oferece como escape o espaço da paisagem, que parece infinito na direção oeste e verde na direção sul. O edifício da Central e o Palácio Duque de Caxias possuem boa imageabilidade, assim como o Campo de Santana, qualidade pouco percebida pelo pedestre que se vê mais envolvido com a movimentação da estação e da avenida.

Praça da República/Campo de Santana - O Campo de Santana, com projeto de Glaziov, foi inaugurado em 1880, servindo como marco entre a área central e os subúrbios do Rio durante décadas. Em sucessivas reformas urbanas foi perdendo área e hoje se restringe a um quarteirão. Atualmente o campo é uma área ajardinada em meio ao centro urbano do Rio de Janeiro, situada em frente à Central do Brasil; possui quatro entradas (Av. Presidente Vargas, Pça. da República-leste e duas na Pça. da República-oeste), e é conservada pela Fundação Parques e Jardins da Prefeitura, com o apoio da PM e da Guarda Municipal. À sua volta está o que se chama oficialmente Praça da República, hoje reduzida a duas avenidas paralelas (faces leste e oeste do campo) e à Rua Frei Caneca, faceando o campo ao sul. O mobiliário para lazer contemplativo em harmonia com sua diversa fauna, formada por cotias, pavões, gatos e outros animais soltos, entre espécies exóticas da flora, conforma uma bela área verde separada por grades em todo seu perímetro. O jardim, em estilo inglês de grande efeito paisagístico, com suas espécies exóticas, dá o principal contraste com as

edificações à sua volta. Já a Praça da República recebe este nome por ter sido palco da proclamação da República e abriga edifícios, em sua maioria da época imperial, de baixa volumetria, mas largos e regulares com afastamentos heterogêneos, como o Arquivo Nacional, a Rádio MEC, o Corpo de Bombeiros, a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Utilizado prioritariamente por passantes apressados que entram pela Praça da República-leste em direção à Central do Brasil – conformando uma sequência comportamental, a área lhes fornece um microclima mais agradável que o entorno. Frequentado por moradores mais antigos do bairro e por alunos da escola municipal Campos Sales ali localizada, conta com uma territorialização típica de grandes centros urbanos: há o território dos viciados em drogas leves (pelo menos nos momentos em que ali estão), bem próximo à entrada da Presidente Vargas, onde desfrutam de uma bela paisagem à beira do riacho e podem também dormir sob os olhos da Guarda Municipal. Há os desabrigados andarilhos que permeiam várias áreas e comumente se aproximam do território das garotas de programa, distribuídas pelos caminhos mais utilizados pelos transeuntes; ali se encontram mulheres de todas as idades e localidades do Rio e até de outros estados, que dividem vagas nas edificações mais precárias da área; há também as garotas de programa de menor poder aquisitivo que dormem nas ruas. O comportamento padrão é o da abordagem profissional do transeunte,

mas muitas delas utilizam o local também para se drogarem livremente. Outro território marcante é o do crack, mais ao fundo, em direção à Frei Caneca (onde não há saída), mais frequentada por homens adultos. Há ainda uma pequena parcela de visitantes (turistas ou locais) que se sentam ao redor dos lagos, aproveitam a paisagem para fotografias, passeios familiares, enfim, para o lazer e descanso. Diante de frequências tão díspares há, naturalmente, os pequenos assaltos e furtos.

O espaço existencial, dado pelos níveis de percepção da área, contém em primeira instância o mobiliário urbano e a vegetação, juntamente com os elementos paisagísticos mais expressivos, como pedras, monumentos e o riacho. Num nível mais abrangente, o verde predomina entremeado por caminhos e nós. Todo o espaço do campo é paisagístico. Tomando-se a área externa, há então um grande contraste, mais evidente pelo diferencial de conservação e poluição sonora, com o caminho proporcionado pela Presidente Vargas e o setor encapsulado do campo servindo como limite ou divisor de duas realidades.

Na região central da cidade, o Observatório Permanente de Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro ([www.observaconflictosrio.ippur.ufrj.br](http://www.observaconflictosrio.ippur.ufrj.br)) aponta que desde 1993 as questões mais conflituosas são as que se referem a acesso e uso do espaço público, com 40% do total de manifestações conflituosas registradas, tendo como segunda questão mais conflituosa a segurança pública, com 19% dos casos e em terceiro lugar a moradia, com 9% das manifestações. Ali, os conflitos

organizados por camelôs, feirantes e artesãos somam 39% enquanto 10% são manifestos por moradores ou vizinhos e 8% por sindicatos e associações profissionais. Dos 64 conflitos protagonizados por camelôs, feirantes e artesãos no Centro, apenas quatro tiveram como objeto a segurança pública; os demais casos, num total de 60, envolvem o acesso e o uso do espaço público e o direito ao trabalho: são manifestações contra a retirada dos vendedores de algum ponto, protestos contra as ações da fiscalização e da polícia, contra a venda de terrenos ou destruição de equipamentos onde trabalham.

A pesquisa de opinião de 2014 para todos os bairros da AP1 revelou que 56,7% dos transeuntes estão ali só de passagem e 76% acham a frequência dos locais bastante heterogênea; 54% dos usuários classificam a satisfação com a segurança nos locais como menor ou igual a 5 em uma escala crescente de 1 a 10, com 95% de certeza, enquanto 69,9% classificam como menor ou igual a 5 sua satisfação com os serviços públicos de iluminação, transporte e abastecimento de água e esgoto da cidade do Rio de Janeiro. Apenas 3,8% dos usuários de ELP da região central do Rio de Janeiro estão totalmente satisfeitos com esses serviços. A pesquisa também demonstrou que elevados índices de satisfação com os ELP correlacionam-se positivamente, com 99% de certeza, a uma maior satisfação com os serviços públicos de iluminação, transporte e abastecimento de água e esgoto da cidade.

Fica clara a dificuldade de se desenvolver uma cognição mais complexa e vivencial destes espaços para chegar a relações de identidade com eles: além de serem espaços de passagem, são frequentados por grupos heterogêneos e não oferecem sensação de segurança. A correlação existente é entre a baixa satisfação com os serviços públicos de iluminação, transporte e abastecimento de água e esgoto da cidade e os baixos índices de satisfação com os ELP.

### **Aplicando o modelo multidimensional**

Buscando refletir sobre os diversos conhecimentos amalhados, retomamos as dimensões propostas teoricamente para explorar alguns dos aspectos de nosso interesse e incidência neste estudo.

Sob a dimensão socioambiental será preciso pensar os Campos de São Cristóvão e de Santana, áreas verdes conservadas em meio a regiões 100% urbanizadas e valorizadas, que se prestam mais como refúgio de *outcasts* que como amenidades para a reprodução do sistema lazer-trabalho. Parece-nos que as áreas de lazer sob o reinado neoliberal tomam uma nova função, para além das já conhecidas e engendradas pelo capital: a possibilidade higienista de esconder os não trabalhadores com a plácida concordância do Estado. Sob a dimensão socioeconômica há o aspecto da regulação dos usos do solo, mecanismo de exclusão dos menos privilegiados dos espaços formais que enseja o enfrentamento da desigualdade estabelecida pelo Estado em

nome do capital nos espaços livres públicos; a grande maioria dos conflitos registrados na Central do Brasil, bem como no Campo de São Cristóvão, diz da necessidade dos ELP como suporte para a produção e a sobrevivência. O encontro que se conforma em todos estes espaços não é o dos diferentes, mas das parcelas alijadas do trabalho formal. O que muda é a escala.

É preciso pensar então, sob a dimensão sociocultural, que esfera pública está se desenhando nos ELP quando amenidades são utilizadas pelo Estado como sanatórios de outrora; quando este mesmo Estado, simbolizado por suas forças policiais, fecha os olhos ao que não se vê e criminaliza a pobreza ao reprimir a atividade trabalho e ao matar favelados da Barreira do Vasco; que identidades se forjam quando a inconsciência das drogas é vista com complacência, as milícias são aturadas nas áreas pobres e a luta pelo direito à cidade (e ao trabalho) é reprimida violentamente.

Considerando-se a dimensão externa, fica claro que o papel estatal é ditado por uma coalizão interescolar do capital que envolve o turismo de eventos: o Estado não pretende ser mediador de interesses, é subjugado pelo mercado – não há ação educativa, recuperadora, de interesse público; não há tampouco mediação política, pois é a economia quem manda, como sintetizou Torres Ribeiro (apud CÂMARA, 2006). Se as frações do capital não foram um questionamento e portanto não aparecem de forma explícita na pesquisa de opinião de 2014, uma leitura das

insatisfações dos usuários de ELP na região central do Rio (que engloba tanto o centro propriamente dito quanto São Cristóvão), demonstra o alto grau de insatisfação com os serviços públicos e a sensação de insegurança onde o modelo estratégico tem sistematicamente adotado a estratégia de criação de um sentimento de crise para operar no território desvalorizado seus grandes projetos e ofertá-lo ao mercado oportunamente.

Repensando Bourdieu, as autoridades se fazem violentamente presentes quando as lutas dos desfavorecidos por propriedades materiais e capital estão em evidência; as divisões sociais são aprofundadas quando parcelas da mesma classe são tratadas diferentemente pelo Estado, ameaçando os laços sociais e as coletividades futuras. O Baile Internacional é para poucos e os barrados que se droguem em locais de baixa visibilidade ou tomem cacetadas para desimpedir os espaços livres públicos de maior visibilidade. As tentativas de se contrapor a esta ordem, de se apropriar dos espaços citadinos, de gerar conflitos e propor papéis antitéticos (como deseja Simmel) devem ser, mais do que nunca, objeto de estudo e publicidade.

Por meio de um breve painel dos conflitos urbanos no Brasil do século XXI, tentamos também demonstrar que as muitas e densas frações de classes atingidas se manifestam pela via conflituosa e se organizam como resposta aos desmandos e ao aprofundamento das desigualdades, ampliando seu alcance, questionando a lógica de dominação (como prevê Serpa ao considerar Gramsci)

e propondo a reestruturação da esfera pública.

## **Notas** \_\_\_\_\_

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal Fluminense e membro permanente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFF)  
Email: [luciacapanema@gmail.com](mailto:luciacapanema@gmail.com)

## **Referências Bibliográficas** \_\_\_\_\_

ARENDT, Hannah (1958). A condição humana. Tradução: Roberto Raposo. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. Vida líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BENI, Mário Carlos: Análise Estrutural do Turismo (7ª Ed.). São Paulo: Senac, 2002.

BOULLÓN, Roberto C. Os municípios turísticos. Bauru: Edusc, 2005.

BOURDIEU, Pierre La distinction. Critique sociale du jugement. Paris: Ed. de Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre. Choses Dites. Paris : Éd. de Minuit, 1987.

BOURDIEU, Pierre. A Miséria do Mundo. Direção de Pierre Bourdieu com contribuições de A. Accardo et alii.

Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz (14ª Ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Lugar no/do Mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

DEL RIO, Vicente. Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento. São Paulo: PINI, 1999.

DENCKER, Ada F. Maneti. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo. São Paulo: Futura, 2003.

FERNÁNDEZ, Victor R. y BRANDÃO, Carlos A. Escalas y políticas del desarrollo regional. Buenos Aires: Davilla y Miño, 2010.

HABERMAS, Jürgen. The theory of communicative action Tradução: Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1989. 2v. Vol. 2. Lifeworld and System: A Critique of Funcionalist Reason, 1981.

HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, 1982. (Tese de Livre-docência)

QUEIROGA, Eugenio. A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2001.

RIBEIRO, A. C. T. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. Observatorio Social de América Latina, v. 21, p. 23-32, 2006.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SERPA, Angelo. O espaço público na cidade contemporânea (2a. Ed.). São Paulo : Contexto, 2013.

SIMMEL, Georg. "The Sociology of conflict"; in American Journal of Sociology 9 (1903): 490-525. ([http://www.brocku.ca/MeadProject/Simmel/Simmel\\_1904a.html](http://www.brocku.ca/MeadProject/Simmel/Simmel_1904a.html)).

SWYNGEDOUW, Erick. Globalización o glocalización? Redes, territorios y reescalonamientos. In FERNÁNDEZ, Victor R. y BRANDÃO, Carlos A. Escalas y políticas del desarrollo regional. Buenos Aires: Davilla y Miño, 2010.

VAINER, Carlos B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade. Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, ano XV, n. 02, Ago-Dez 2001, ano XVI, n. 01, Jan-Jul 2002. p. 13-32.



## **OPEN PUBLIC SPACES (OPS): A MULTIDIMENSIONAL ANALYSIS OF IDENTITIES AND APPROPRIATIONS.**

**ABSTRACT: THIS ESSAY AIMS AT ANALYZING, UNDER THE OPEN PUBLIC SPACES' (OPS) APPROPRIATIONS PERSPECTIVE, HOW CITIZENS SHAPE THE CITY AND HOW THE LATER SHAPES PLACES' INEQUALITIES, POSSIBILITIES AND BEHAVIORS. AS A BASIS, IT TAKES ON A FOUR (NON-EXHAUSTIVE) DIMENSIONAL MODEL AS THE DIMENSIONS RELATE TO THREE EXTERNAL FACTORS: THE SOCIO-ENVIRONMENTAL, SOCIOCULTURAL, SOCIOECONOMIC AND POLITICAL-ADMINISTRATIVE DIMENSIONS AND THE EXTERNAL FACTORS: GLOBAL CAPITAL AND WORLD CORPORATIONS; INTER-SCALAR MATTERS; AND TOURISM. THE ADOPTION OF A CRITICAL PERSPECTIVE REQUIRES THE CONTEXTUALIZATION OF POLITICAL RELATIONS WITHIN OPS AND POLICIES REGARDING OPS IN THE CAPITAL AND LABOR LOGICS, CONSIDERED THEIR VARIOUS FRACTIONS. IT ALSO SEEKS TO DETAIL ASPECTS RELEVANT TO SOCIABILITY AND THE PUBLIC SPHERE, AS WELL AS TO SYMBOLIC AND IDENTITY-RELATED ISSUES, AS THEY REFER TO THE APPLICABLE PUBLIC POLICIES. AS AN EXAMPLE IT BRINGS A TEST DO THE MODEL, COMPARING THE CASES OF RIO DE JANEIRO'S DOWNTOWN WITH THE SÃO CRISTÓVÃO NEARBY NEIGHBORHOOD. KEY-WORDS: URBAN PUBLIC SPACES, MULTIDIMENSIONAL ANALYSIS; POPULAR APPROPRIATION; CULTURAL IDENTITIES; RIO DE JANEIRO.**

## **ESPACIOS LIBRES PUBLICOS (ELP): UN ANÁLISIS MULTIDIMENSIONAL DE APROPIACIONES E IDENTIDADES.**

**RESUMEN: ESTE ENSAYO ANALIZA BAJO LA LÓGICA DE LA APROPIACIÓN DE ESPACIOS LIVRES PÚBLICOS (ELP), COMO CIUDADANOS CONSTITUYEN LA CIUDAD Y COMO ESTA ÚLTIMA CONFORMA DESIGUALDADES DE LUGARES, OPORTUNIDADES Y COMPORTAMIENTOS. SE TOMA EN BASE UN MODELO CON CUATRO DIMENSIONES NO EXHAUSTIVAS Y SUS RELACIONES CON TRES ASPECTOS EXTERNOS: LAS DIMENSIONES AMBIENTAL, SOCIO-CULTURAL, SOCIO-ECONÓMICA Y POLÍTICO-ADMINISTRATIVA; Y LOS ASPECTOS EXTERNOS: EL CAPITAL GLOBAL Y LAS GRANDES CORPORACIONES; LAS INTERESCALARIDADES; Y EL TURISMO. LA ADOPCIÓN DE UNA PERSPECTIVA CRÍTICA REQUIERE TODAVÍA LA CONTEXTUALIZACIÓN DE LAS POLÍTICAS Y PRÁCTICAS PARA EL ESPACIO PÚBLICO URBANO DESDE LA PERSPECTIVA DEL CAPITAL Y EL TRABAJO, EN SUS DIVERSAS FRACCIONES. BUSCA, POR ÚLTIMO, DETALLES DE LA SOCIABILIDAD Y DE LA ESFERA PÚBLICA, ASÍ COMO LOS ASPECTOS SIMBÓLICOS E IDENTITARIOS EN LOS ELP, COMPARÁNDOLOS CON LAS POLÍTICAS PÚBLICAS INCIDENTES. TRAE COMO EJEMPLO LA COMPARACIÓN ENTRE EL CENTRO DE RÍO DE JANEIRO Y EL DEPARTAMENTO SÃO CRISTÓVÃO. PALABRAS-CLAVE: ESPACIOS LIVRES PUBLICOS; ANALYSIS MULTIDIMENSIONAL; APROPIACIÓN POPULAR, IDENTIDADES CULTURALES; RIO DE JANEIRO.**

ESPAÇO E CULTURA, UERJ, RJ, N. 36, P.179-202, JUL./DEZ. DE 2014

<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/>